



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

CONCURSO PÚBLICO

Nível Médio

Aplicação: 15/6/2008

CARGO 8: OFICIAL DE DILIGÊNCIA

TARDE
Caderno J

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo do caderno — Caderno J — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém CENTO E VINTE itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva e de espaço para rascunho.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

As coisas naturais não são vergonhosas.

- 3 Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto ao tipo, conforme o item 1, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta marcada divirja do gabarito oficial definitivo será atribuída pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 9 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação, que será feita no decorrer das provas, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 10 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 11 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 12 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I 17/6/2008, após as 19h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II 18 e 19/6/2008 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 11/7/2008 – Resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: Diário do Poder Judiciário do Estado de Roraima e Internet.
- IV 14 e 15/7/2008 – Recursos (prova discursiva): conforme determinações contidas no item II.
- V 8/8/2008 – Resultados finais da prova discursiva e do concurso: Diário do Poder Judiciário do Estado de Roraima e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 – MPE/RR – ADMINISTRATIVO, de 25/3/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 As cotações do petróleo no mercado internacional ultrapassaram a barreira de US\$ 100 o barril, onerando cadeias produtivas industriais e custos de transportes. A alta do petróleo tem pesado sobre os índices de preços em todo o mundo, mas também tem alguns aspectos positivos: desengavetou programas de conservação e eficiência energéticas, além de ter acelerado o uso de fontes renováveis.

O etanol, por exemplo, passou a ser encarado como uma alternativa séria em países desenvolvidos, e o Brasil deixou de empunhar sozinho a bandeira do álcool combustível como substituto mais adequado à gasolina. Os Estados Unidos da América (EUA), que desde a última década vinham relegando para um segundo plano esforços direcionados à conservação de energia — os carros grandes têm hoje maior participação relativa, no total da frota norte-americana, que a registrada antes do primeiro choque do petróleo, em 1973/1974 —, até estabeleceram metas ambiciosas de redução do consumo de óleo no setor de transportes, contando com expressiva produção de etanol.

O Globo, 15/4/2008 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens de **1 a 5**.

- 1 De acordo com o texto, a alta do preço do petróleo tem um lado negativo, mas tem um outro lado positivo.
- 2 O termo “desengavetou” (l.6) e a expressão “empunhar sozinho a bandeira” (l.11) conferem ao texto um traço de informalidade.
- 3 Na linha 12, o sinal indicativo de crase em “à gasolina” justifica-se pela regência de “combustível”.

4 No segundo parágrafo, a informação entre travessões é um dado comprobatório da afirmação antecedente, de que os EUA vinham relegando a segundo plano a conservação de energia.

5 A vírgula empregada após “transportes” (l.20) isola oração adjetiva restritiva.

1 Enquanto autoridades internacionais vêm condenando duramente a expansão da produção de biocombustíveis, o governo federal arma-se, acertadamente, para enfrentar a onda de rejeição daí nascida. O Palácio do Planalto sabe que o Brasil exibe notáveis condições de atingir, com o etanol, um elevado patamar estratégico no jogo das relações internacionais. E que é possível, nesse terreno, conjugar expansão com respeito ao meio ambiente e às necessidades de produção de alimentos.

10 Críticos mais recentes dos biocombustíveis, como dirigentes do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) apóiam-se no argumento de que a produção contribui para a redução crescente da oferta de alimentos e para a conseqüente elevação dos preços.

O relator especial da ONU para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, ofereceu contornos ainda mais contundentes: sugeriu que o cultivo em massa destinado aos biocombustíveis configura um crime contra a humanidade por seu impacto nos preços mundiais dos alimentos. Ziegler carrega na denúncia o discurso segundo o qual o uso de terras férteis para os biocombustíveis conduzirá o mundo à redução de superfícies destinadas aos alimentos. A conseqüência é a elevação dos preços.

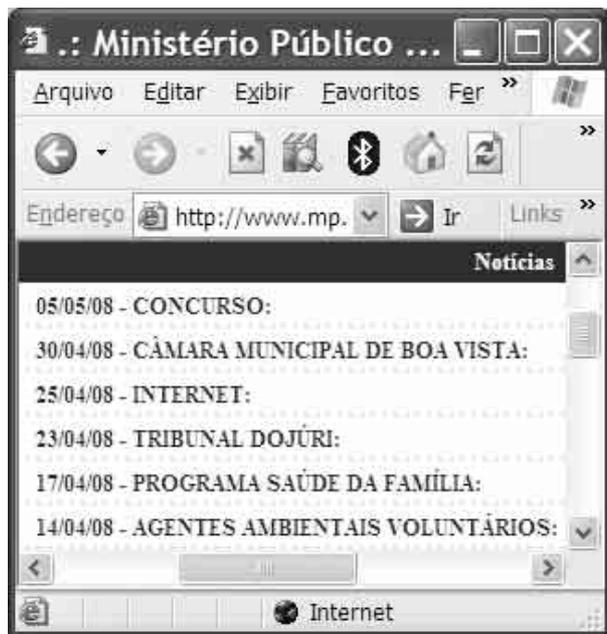
Eis uma briga de gigantes.

Jornal do Brasil, 15/4/2008.

Com referência às idéias e as estruturas do texto acima, julgue os itens de **6 a 10**.

- 6 A substituição do termo “Enquanto” (l.1) por **À medida que** prejudica a correção gramatical do período.
- 7 Infere-se das informações do texto que o governo brasileiro tem uma posição diferente da dos dirigentes do Banco Mundial, da FAO e da ONU quanto à relação entre a produção de biocombustíveis e a escassez de alimentos.

- 8 O texto permanece correto ao se substituir a forma verbal “contribui” (ℓ.14) por **contribue**, já que ambas são variantes aceitáveis da mesma palavra.
- 9 O emprego do sinal indicativo de crase em “à redução” (ℓ.24) justifica-se pela regência de “conduzirá” (ℓ.23) e pela presença de artigo definido feminino singular.
- 10 O último período do texto é adequado para emprego em correspondências oficiais.



Considerando a figura acima, que mostra uma janela do navegador Internet Explorer 6 (IE6) com parte da página do Ministério Público do Estado de Roraima, julgue os itens que se seguem.

- 11 Para recortar o texto da página e transferi-lo para um documento do Word, é suficiente clicar a ferramenta , abrir o documento do Word e clicar a opção Colar do *menu* Editar.
- 12 Para se incluir a página na lista de **Favoritos** é suficiente clicar a ferramenta .
- 13 O *menu* Ferramentas apresenta a opção Opções da Internet, que permite realizar configurações de acesso à Internet.
- 14 Ao se clicar a ferramenta , a página será compactada e uma cópia de segurança será gerada.

	A	B
1	Artigo	Autor
2	A teoria dos quatro status	Luiz Antônio Araújo de Souza
3	Controle Externo da Atividade Policial	Ricardo Fontanella
4	Direito Ambiental e Educação Ambiental	Antonio Valdeci Nobles
5	Do julgamento antecipado da lide penal	Anedilson Nunes Moreira
6	Faixa de fronteira e Zona	Isaias Montanari Junior
7	O mito da "verdade real" no Processo Penal	Henrique Lacerda de Vasconcelos

Com base na figura acima, que exhibe parte de um documento do Excel, julgue os itens seguintes, relativos ao Excel 2003 e ao Word 2003.

- 15 Caso os itens que compõem a coluna Artigo constituam uma lista de *links*, a tabela não terá como ser reproduzida no Word.
- 16 A lista da coluna Artigo pode ter sido posta em ordem alfabética usando-se a ferramenta .
- 17 Considerando que o usuário tenha iniciado edição da planilha e não a salvou, ao se clicar a ferramenta , o arquivo será salvo automaticamente em um disco flexível.

Apesar de proibido por lei, em 2006, 1,4 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 13 anos estavam inseridos no mercado de trabalho. Nessa faixa etária, 60% das crianças e jovens ocupados trabalham em atividades não remuneradas. A legislação brasileira proíbe o trabalho sob qualquer forma para menores de 14 anos. Os adolescentes de 14 e 15 anos podem trabalhar, desde que na condição de aprendizes.

De acordo com pesquisa do IBGE, o trabalho infantil interfere na frequência à escola. A taxa de frequência à escola dos jovens de 14 ou 15 anos ocupados é de 84,2%. Entre os que não trabalham, esse índice chega a 93,7%. Para os jovens de 16 ou 17 anos, a taxa dos que trabalham é de 70,8% contra 82,4% entre os não ocupados. Para a secretária nacional da Assistência Social, além da questão econômica, o trabalho infantil está relacionado a um fator cultural. “Não adianta simplesmente proibir, é preciso um pacto da sociedade em não tolerar mais esse tipo de trabalho”.

Folha de S.Paulo, 29/3/2008, p. A6 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema que ele aborda, julgue os itens de 18 a 27.

- 18 O Estatuto da Criança e do Adolescente contém as normas legais de proteção e amparo aos menores de idade no Brasil.
- 19 No Brasil, toda e qualquer forma de trabalho é proibida aos menores de 18 anos.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Julgue os itens a seguir, relativos aos direitos e garantias individuais.

- 36** Segundo a Constituição Federal, é livre a manifestação de pensamento, mesmo que de forma anônima.
- 37** A casa do indivíduo é inviolável e, por isso, ninguém pode nela penetrar sem consentimento do morador, a não ser em situações de flagrante delito, desastre, prestação de socorro ou determinação judicial. Nesses casos, é permitido ingressar na casa de alguém a qualquer hora do dia ou da noite.
- 38** Entre os direitos individuais previstos na Constituição Federal, incluem-se o direito de não se associar e o de não permanecer associado.
- 39** A lei penal não poderá retroagir nem mesmo para beneficiar o réu.
- 40** As presidiárias têm direito de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- 41** Segundo a Constituição Federal, as provas obtidas por meio ilícito não são admitidas em processos, ainda que sirvam para comprovar a autoria do delito.

Julgue os itens subseqüentes, referentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público (MP).

- 42** O MP é órgão do Poder Judiciário e uma de suas atribuições é formular denúncias na esfera criminal.
- 43** O Ministério Público da União é a instituição que, diretamente ou por intermédio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente.
- 44** Ao MP, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- 45** O MP é composto pelo Ministério Público da União e pelos Ministérios Públicos dos estados, sendo que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios está compreendido no Ministério Público da União.
- 46** Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar originariamente as ações diretas de inconstitucionalidade propostas pelo MP.
- 47** Caso um governador de estado seja denunciado por crime comum, será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

- 20** De acordo com os dados do texto, a maioria das crianças com idade inferior a 13 anos trabalha para receber um salário.
- 21** A lei brasileira admite o trabalho para menores de 13 anos desde que seja para aprender uma profissão.
- 22** O fato de o jovem afastar-se da escola, não se matriculando ou não concluindo os estudos, é uma das graves conseqüências do trabalho infantil.
- 23** Os dados do texto mostram que é de quase 10% a diferença das taxas de freqüência à escola entre os jovens de 14 ou 15 anos que não têm ocupação profissional e os que trabalham.
- 24** Segundo o texto, o fim do trabalho infantil só ocorrerá quando o Brasil tiver leis mais duras para enfrentar o problema.
- 25** O texto sugere que a sociedade brasileira, em geral, tolera como fato natural o trabalho de crianças e adolescentes, o que dificulta a erradicação dessa prática ilegal.
- 26** Um programa social como o Bolsa Família, que apóia famílias brasileiras carentes, tem entre seus objetivos o estímulo à permanência das crianças e dos adolescentes na escola.
- 27** Nos dias de hoje, todos os alunos que se matriculam na primeira série do ensino fundamental conseguem concluir essa etapa da escolaridade.

Julgue os seguintes itens, acerca da legislação do Ministério Público do Estado de Roraima (MPE/RR).

- 28** A Corregedoria-Geral é órgão de execução do MPE/RR.
- 29** São órgãos de administração do MPE/RR: a Procuradoria-Geral de Justiça; o Colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.
- 30** Conforme previsto em lei, o exercício da advocacia pode sujeitar o membro do Ministério Público à perda do cargo.
- 31** É função do promotor de justiça exercer as atribuições do MPE/RR junto aos tribunais, desde que essas atribuições não sejam cometidas ao procurador-geral de justiça.

Julgue os itens a seguir, acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis do estado de Roraima.

- 32** A vacância do cargo público poderá ocorrer em razão de posse em outro cargo inacumulável.
- 33** O servidor público da administração direta não poderá se afastar para exercer mandato eletivo.
- 34** Nos casos de processo disciplinar, o servidor público poderá ser afastado preventivamente do cargo, pelo prazo de até 60 dias, a fim de que não venha a influir na apuração de irregularidade.
- 35** É contado, para todos os efeitos, o tempo de serviço público federal, com exceção do prestado às Forças Armadas.

Julgue os itens seguintes, a respeito do Ministério Público (MP) e da organização da segurança pública.

- 48** De acordo com a Constituição Federal, o MP, a defensoria pública, a advocacia e a polícia são funções essenciais à Justiça.
- 49** Segundo a Constituição Federal, o MP não integra os órgãos de segurança pública.
- 50** O MP estadual e a polícia civil são subordinados ao governador do estado.

Com relação à administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 51** As autarquias e fundações públicas fazem parte da administração indireta.
- 52** As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado.
- 53** Apesar de não estar previsto expressamente na Constituição Federal, o princípio da eficiência é aplicado na administração pública por força de lei específica.
- 54** Segundo a Constituição Federal, os concursos públicos serão válidos por três anos, sendo esse prazo prorrogável por igual período.

A fim de comprar carteiras escolares para as escolas do município, o prefeito de determinada cidade contratou, sem licitação, uma empresa especializada pertencente a seu amigo. O prefeito alegou que a empresa tem longa experiência no setor de carteiras escolares e que os valores cobrados estão compatíveis com o preço de mercado, razão pela qual não seria necessário o processo licitatório.

Considerando essa situação e os princípios que regem a administração pública, julgue os itens de **55** a **58**.

- 55** A regra que determina que todas as contratações da administração pública devam ser feitas mediante licitação pública tem, entre suas funções, a de assegurar o princípio da isonomia.
- 56** Se a empresa realmente for especializada e os preços estiverem compatíveis com o preço cobrado pelas concorrentes, a referida contratação terá sido regular, e estará em consonância com os princípios que regem a administração pública.

- 57** A contratação feita pelo prefeito, embora não precedida de licitação, é válida porque atendeu ao princípio da eficiência.
- 58** Considerando que o prefeito é o chefe do Poder Executivo e que foi eleito para exercer o mandato em nome do povo, cabe a ele decidir qual a melhor forma de fazer as contratações da administração pública.

Determinado policial civil, valendo-se da prerrogativa que o cargo lhe assegura, ingressou em uma casa de espetáculos, na qual iria ocorrer um *show* de pagode, sem pagar o ingresso correspondente, sob o argumento de que, por ser policial, tem livre acesso a locais públicos e privados.

Tendo como referência a situação descrita acima, julgue os itens a seguir, relativos a poderes e atos administrativos.

- 59** Caso fique comprovado que o policial não estava no local em razão do serviço, mas apenas para assistir ao *show*, restará configurado desvio de finalidade.
- 60** Na situação descrita, se o policial tivesse entrado no local a fim de investigar um crime, estaria exercendo o poder de polícia administrativa.
- 61** Caso o superior hierárquico desse policial, após analisar os fatos, resolva instaurar processo administrativo visando puni-lo, estará exercendo o poder disciplinar.

Julgue os itens subsequentes, acerca dos atos administrativos.

- 62** Os atos administrativos podem ser revogados pelo Poder Judiciário.
- 63** Os atos administrativos têm presunção de legitimidade e veracidade.
- 64** Atos administrativos complexos são aqueles que demandam profunda análise do administrador público e estudos técnicos prévios.
- 65** Ato administrativo composto é o que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, em que a vontade de um é instrumental em relação à de outro, que edita o ato principal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da legislação penal e processual penal, julgue os itens a seguir.

- 66** A lei penal brasileira aplica-se, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, a crime cometido no território nacional.
- 67** Age em exercício regular de direito o agente que pratica o fato para salvar direito próprio de perigo atual que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar. Nesse caso, é necessário ainda que, nas circunstâncias, não seja razoável exigir o sacrifício de tal direito.
- 68** No crime de peculato culposo, a reparação do dano pelo agente, desde que se dê antes da sentença penal irrecorrível, extingue a punibilidade.
- 69** O agente que faz justiça pelas próprias mãos para satisfazer pretensão legítima comete o crime de exercício arbitrário das próprias razões, o qual se processa por ação penal privada, se não houver emprego de violência.
- 70** A prisão preventiva é modalidade de prisão temporária e admitida quando a autoria e a materialidade do crime estejam comprovadas, independentemente da infração penal praticada.

A respeito da aplicação da lei penal brasileira e da punibilidade, julgue os itens que se seguem.

- 71** Nos casos previstos em lei, a punibilidade do agente pode ser extinta com a sua morte, com a retratação ou em decorrência de seu casamento com a vítima.
- 72** Para fins de aplicação da lei penal, consideram-se extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou privada, onde quer que se encontrem.
- 73** A lei temporária, após decorrido o período de sua duração, não se aplica mais nem aos fatos praticados durante sua vigência nem aos posteriores.

No que concerne aos crimes contra a administração pública, julgue os itens subseqüentes.

- 74** O agente que dá causa à instauração de investigação policial contra alguém, imputando-lhe infração penal de que o sabe inocente, pratica o crime de comunicação falsa de crime, que se processa mediante ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- 75** O agente que solicita vantagem a pretexto de influir em ato que será praticado por membro do Ministério Público pratica crime de tráfico de influência, do qual o sujeito ativo pode ser tanto o funcionário público quanto qualquer pessoa.
- 76** O agente que solicita, em razão da função que exerce, vantagem indevida pratica o crime de corrupção passiva, o qual se processa por ação penal pública incondicionada.

Acerca do direito processual penal, julgue os próximos itens.

- 77** No processo dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos afiançáveis, o acusado poderá apresentar, por escrito, defesa preliminar antes do recebimento da denúncia.
- 78** Concede-se *habeas corpus* sempre que alguém sofre coação ilegal em sua liberdade de ir e vir por estar preso por mais tempo do que determina a lei.
- 79** No processo penal, em regra, a competência é determinada pelo domicílio ou pela residência do réu.
- 80** A prisão temporária deve ser requerida pelo delegado ou por membro do Ministério Público e somente é admitida durante o inquérito policial.

Julgue os itens de **81** a **95**, relacionados ao direito civil e ao direito processual civil.

- 81** Embora não possua personalidade jurídica, o espólio, em juízo, será representado pelo inventariante.
- 82** A citação, na sistemática do direito processual civil brasileiro, somente pode ser feita pessoalmente ao réu, com uma única exceção, que ocorre no caso de incapacidade, quando, então, poderá ser feita na pessoa do representante legal do incapaz.
- 83** Quando existirem, em uma mesma comarca, dois ou mais juízes competentes para conhecer de ações conexas, a competência será daquele que primeiro determinar a citação.
- 84** O pagamento de obrigação somente pode ser feito pelo próprio devedor, não podendo efetua-lo terceiro interessado em seu próprio nome.
- 85** É de boa-fé a posse em que o possuidor ignora a existência de vício e assim permanece, enquanto não conhecer a existência de vício ou obstáculo à sua aquisição.
- 86** Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil, se não houver disposição em contrário, a lei entra em vigor na data de sua publicação.
- 87** A capacidade relativa da pessoa natural começa aos dezesseis anos, quando pode praticar os atos da vida civil, assistida por seu representante legal.
- 88** O domicílio civil pode ser definido pela própria pessoa.
- 89** Os tijolos podem ser considerados bens móveis tanto quando utilizados em uma edificação quanto após serem empregados na construção.
- 90** A validade do ato jurídico exige a presença simultânea, no momento de sua prática, da capacidade do agente, da licitude do objeto e, quando necessário, da obediência da forma estabelecida em lei.
- 91** O inventário de alguém que deixe herdeiros menores e seja proprietário de bens situados em vários estados, mas que não tenha domicílio certo, deverá ser aberto no local de seu falecimento.
- 92** O Ministério Público, contestando ação, deverá impugnar de forma específica cada um dos fatos constantes da petição inicial, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos não impugnados.

- 93** Um jovem com dezesseis anos de idade deverá ser assistido — por exemplo, por sua mãe — para propor ação judicial.
- 94** O fato afirmado por uma parte e confirmado pela outra dispensa a produção de prova de sua ocorrência.
- 95** A decisão que julga antecipadamente a ação deve ser desafiada por agravo retido.

No que se refere à legislação especial penal, julgue os itens de **96 a 110**.

- 96** Segundo o Estatuto do Desarmamento, o agente que dispara arma de fogo em via pública, sem ferir ninguém, não pratica crime, mas, sim, contravenção penal.
- 97** O agente que cultiva, para consumo pessoal, plantas destinadas à preparação de substância capaz de causar dependência física submete-se aos procedimentos do juizado especial criminal.
- 98** Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, os menores de 18 anos são imputáveis, devendo ser considerada a idade da pessoa à data da sentença judicial.
- 99** Ao agente que promove publicidade que deveria saber ser enganosa pode ser imposta, além de pena privativa de liberdade e de multa, a pena de publicação, em órgão de comunicação de grande circulação, às expensas do condenado, de notícia sobre os fatos e a condenação.
- 100** Segundo a Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente, independe de autorização da autoridade competente o abate de animal silvestre, quando realizado para proteger de sua ação predatória lavouras, pomares e rebanhos.
- 101** Segundo o Estatuto do Idoso, o agente que nega emprego a alguém, por motivo de idade, pratica crime, que se processa mediante ação penal pública incondicionada.
- 102** O acordo de composição de danos civis homologado no juizado especial criminal impede que o ofendido ingresse com ação penal privada contra o autor do fato.
- 103** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica, ao reconhecer o direito à vida, aboliu expressamente a pena de morte de todos os países que adotaram a convenção.
- 104** A autoridade policial que deixa de comunicar ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa pratica abuso de autoridade.
- 105** É crime praticar ou incitar a discriminação ou o preconceito em razão de preferência esportiva.
- 106** O tráfico de drogas, por tratar-se de ilícito transnacional e hediondo, é da competência da justiça federal.
- 107** O agente que, na cobrança de dívida, utiliza procedimento que exponha o consumidor a ridículo, injustificadamente, não pratica crime, contudo, poderá ser multado, sem prejuízo de ação de indenização por danos morais.
- 108** Com relação aos crimes ambientais, no caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, levando em conta as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.

- 109** O juiz competente que deixa de ordenar o relaxamento de prisão em flagrante ilegal que lhe foi comunicado não comete abuso de autoridade, mas será responsável pelo tempo de prisão ilegal do preso e terá de indenizá-lo.
- 110** O Ministério Público não poderá fazer a proposta de transação penal se o agente já tiver sido beneficiado anteriormente pelo mesmo instituto no prazo previsto em lei.

Nas organizações, o estabelecimento de boas relações entre os seus membros é fator importante para o alcance das metas estabelecidas. Com respeito a relações humanas, julgue os itens subseqüentes.

- 111** Relações satisfatórias no trabalho podem ser obtidas por meio da reflexão sobre a importância do papel que cada um desempenha na organização.
- 112** Há, normalmente, no âmbito das organizações, um distanciamento entre os discursos a respeito do relacionamento interpessoal e a sua prática efetiva, que exige habilidades interpessoais.

O aprimoramento da qualidade do atendimento ao usuário é uma constante preocupação das organizações, pois um serviço inadequado tem conseqüências indesejáveis. Acerca da qualidade no atendimento ao público, julgue os itens a seguir.

- 113** A capacidade de prestar serviços de modo a atender aos interesses dos usuários é o que define a qualidade do atendimento.
- 114** O tratamento cortês ao usuário deve ser conferido àquele que necessita de reconhecimento e assistência, não sendo relevante no atendimento àquele que precisa de um serviço rápido e eficiente.
- 115** A conduta do atendente de passar adiante o problema apresentado pelo usuário, de maneira a livrar-se da responsabilidade, revela desinteresse pelas necessidades daquele que procura o serviço da organização.

Julgue os próximos itens, acerca de cidadania.

- 116** Considera-se reducionista a visão que relaciona o conceito de cidadania à realização de determinadas ações por imposição.
- 117** Embora a cidadania expresse um conjunto de direitos, a possibilidade de participação ativa na sociedade reduz-se aos economicamente privilegiados.

Os fundamentos da ética estão na consciência do ser humano, de maneira a se construir a dignidade de cada pessoa. Com relação à ética no serviço público, julgue os itens que se seguem.

- 118** O servidor deve omitir a verdade a outra pessoa quando estiver em jogo interesse da administração pública.
- 119** Atrasos na prestação de serviços não caracterizam dano moral aos usuários.
- 120** É vedado ao servidor, no exercício da função pública, alterar o teor de documentos que deva encaminhar, mesmo que eles possam trazer prejuízos a terceiros.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em dezembro de 1996, enfatizam a educação como direito de todos e condição essencial à conquista da cidadania plena. Sabe-se, ainda, que o estágio atingido pela economia contemporânea encontra no domínio do conhecimento sua principal alavanca. Embora seja verdade que o Brasil tem obtido algumas importantes vitórias na educação, como a quase universalização do acesso ao ensino fundamental e o aperfeiçoamento de programas como o da alimentação escolar (merenda) e do livro didático, ainda persistem graves problemas que culminam no fraco desempenho do conjunto do sistema educacional. O que pode e deve ser feito para superar essas dificuldades?

Considerando que as idéias apresentadas no texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do tema seguinte.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: DESAFIO DE TODOS, ESFORÇO DE CADA UM

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ educação como direito coletivo;
- ▶ educação como fator de desenvolvimento e de cidadania;
- ▶ papel do poder público e da sociedade para uma educação de qualidade.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos